

DEVIR PERPÉTUO EM *MEMÓRIAS* DE VISCONDE DE TAUNAY

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas¹

Resumo: Investiga-se neste artigo o modo de operacionalizar o vivido na matéria autobiográfica, com acento histórico, a partir das *Memórias*, de Visconde de Taunay. Pretende-se desenvolver um diálogo entre as experiências subjetivas de “inquietação, estado de devir perpétuo, interrogação, procura, luta” (SAYRE; LÖWY, 1995, p. 10), na construção do devir histórico.

Palavras-chave: Visconde de Taunay. Memórias. Subjetividades.

PERPETUAL EVER-PRESENT IN *MEMÓRIAS* BY VISCONDE DE TAUNAY

Abstract: It is investigated, on this article, the way of operating the experience in the autobiographical matter, with historical emphasis, from *Memórias*, by Visconde Taunay. It is intended to develop a dialogue among the subjective experiments of “disquietude, perpetual ever-present change state, questioning, seeking, fight” (SAYRE; LÖWY, 1995, p.10), in the construction of the historical ever-present change.

Keywords: Visconde de Taunay. Memoirs. Subjectivities.

INTRODUÇÃO

Na medida em que o passado foi transmitido como tradição, possui autoridade; na medida em que a autoridade se apresenta historicamente, converte-se em tradição. (ARENDDT, 2008, p. 208)

Em *Memórias* (M., abreviamos a partir desta referência, neste artigo), de Taunay (1948), o ideário romântico, que permeia suas páginas, formula uma atual crítica à modernidade, ao instalar-se o regime político republicano, no país, em 1889. Visconde de Taunay (Alfredo Adriano Maria D’Escagnolle Taunay, 1843/1899), nascido em São Cristóvão, no Rio de Janeiro, escritor, professor, senador, engenheiro e militar, foi um importante escritor de ficção e de não ficção, como comprovam suas publicações categorizadas “literatura de trincheira” ou “relatos de guerra”. Em termos de consagração na política, recebeu o título de nobreza pouco antes da mudança de regime; faleceu em 1899, com apenas 55 anos de idade. Por sua produção identificada com o período limítrofe entre as

¹ Graduação em Letras pela Universidade Federal Fluminense (1982), mestrado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Atualmente é professora associada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Integra, desde 2014, o corpo docente do ProfLetras (FFP-UERJ), vinculada à linha de pesquisa Leitura e escrita na educação básica.

duas escolas mais significativas do século XIX, o Romantismo e o Realismo, há em suas memórias um sentimento de perda que marca de modo semelhante a ficção da época: a “nostalgia de um paraíso perdido” (SAYRE; LÖWY, 1995, p. 10). Essa nostalgia deriva de um frustrado sentimento de pertencimento, após o fim do Segundo Reinado com a instauração da República, que definiu, na letra escrita, as relações desse sujeito escritor com o lugar, a pátria ou a nação. Na historiografia sobre o Segundo Reinado, historiadores o definem como um período de transição entre o primeiro e o segundo império, isto é, entre os reinados de D. Pedro I (1822 a 1831) e D. Pedro II (1840 a 1889).

Após interromper uma intensa participação na vida política e literária do país, instaurada a República, Taunay retirou-se do cenário político, determinado a escrever suas memórias, tomado por uma amargura crepuscular que define o tom de seu texto. Os acontecimentos que marcaram sua existência são narrados através da lente de um homem culto, melancólico e desesperançado.

Em termos de formação intelectual, Taunay, estudou no Colégio Pedro II, num período em que seu pai, Félix Émile Taunay, exercia a função de preceptor do Imperador. Sua mãe, Gabriela Hermínia d’Escragnolle Taunay, foi uma aristocrata, filha do conde d’Escragnolle. O avô, Nicolas Antoine Taunay, chegara ao Brasil com a Missão Francesa, em 1816. O gosto e o talento cultivados pelos estudos de línguas, história, geografia e artes relacionam-se a esse meio familiar, que, ao priorizar a formação intelectual dos filhos, indica um forte meio de perpetuação de ideias e de poder. Durante a sua infância, tanto o pai, quanto o imperador, D. Pedro II, protegem-no, assim como educam; punem com rigor desleixo ou indisciplina. A educação dezenovista, semelhante à educação europeia na aristocracia, privilegiou a domesticação do corpo e a formação da personalidade pelo crivo da tradição da autoridade patriarcal, presentificada nos favores recebidos, um reconhecimento dos serviços prestados ao imperador:

(...) o Senhor D. Pedro II lhe deu provas de inextinguível estima e consideração, sempre e sempre, e não pouca paciência exercitou para com ele, quando, em avançada idade, meu Pai se achou sob a obsessão de idéias fixas e teimosas (M., 1948, p. 11).

A fase inicial da vida de Taunay serve como modelo de um lugar idílico – a casa onde morou em Jurujuba, em Niterói, no Rio de Janeiro, fora cedida pelo Imperador. Em sua descrição desse período, revela os interesses e gostos de quem conhece a arte da pintura e das belas-letas, sem descartar a formação erudita que o qualificou para o exercício das funções de professor de História e Geografia no Colégio Pedro II, assim como a função de Engenheiro

em missões militares. No plano cultural, havia um intercâmbio significativo das ideias de Ferdinand Denis e Almeida Garrett, no Brasil, que circulavam pela intelectualidade, da qual Taunay fez parte. Há uma consciência de lugar da pátria como lugar de pertencimento, que tanto aproxima a literatura e a política, não apenas durante o movimento do Romantismo.

A figura paterna, em sua narrativa memorialística, apresenta-se similar a uma projeção de seu próprio futuro do qual se sentirá alijado, quando ocorrer a instauração da República. A projeção do devir para Taunay sofre uma fratura, irreparável, a partir do momento em que o regime republicano foi instaurado, restando ao Imperador o exílio; no caso de Taunay, o exílio será em sua própria terra. Um exílio interno, ao se afastar da cena pública e dedicar-se às atividades de escrita e organização das memórias.

Não apenas o controle do pensamento, mas o domínio e o autodomínio do corpo são percebidos na educação paterna; na aplicação de castigos severos e, por outro lado, numa observação amorosa da fase de aprendizagem, combinados, com regularidade, no adestramento do corpo e em sua formação intelectual:

(...) levava-me, diariamente, meu pai, a tomar banhos de mar na praia de Chichorra e, enquanto eu estava n'água, lia ele Homero num livrinho de edição estereotipada, em que assentou a data da primeira vez que comecei a nadar, acompanhado do indefectível Tomás, meu companheiro de meninice, depois excelente auxiliar da casa até o último dia de vida, a 6 de dezembro de 1886. (M., pp. 14-15)

Nessa observação discretamente amorosa reflete-se um ethos ou modo de ser que se torna reconhecível para o outro, qualidades que permeiam o modo como um sujeito, em sua condição histórica, apresenta-se ao outro, o que se manifesta em suas memórias na eleição do que irá narrar, mantidas as aparências de discrição e decoro, valorizadas na época e no meio social em que o autor foi formado.

As memórias, em sua gradual visibilidade na construção de um ethos, apresentam fortes vínculos com a socialização de interesses e a adequação das aparências, deixando, em segundo plano, qualquer compromisso com a verdade.

No texto intitulado “A escrita de si”, Michel Foucault reúne estudos que, na posterior organização do conjunto de sua obra, são categorizados como histórias da sexualidade, textos em torno das artes de si mesmo; investigações sobre a estética da existência e do governo de si e dos outros, com foco nos primeiros dois séculos do Império greco-romano (FOUCAULT, 1992). Ao indagar sobre o que é um autor, Foucault examina a escrita, suas práticas e sua função *etopoiética*: um operador de transformação da verdade em *ethos* (Idem, p. 134).

Identifica a importância dos *hypomnemata*, das cartas ou da correspondência pessoal. A associação que fizemos entre os *hypomnemata* e a arquitetura textual das *Memórias* deu-se ao notarmos um hábito recorrente, mantido pelo autor em seu texto memorialístico: as anotações pessoais para registrar fatos pequenos ou grandiosos na letra escrita. O propósito seria o de definir o que é modelar ou digno de admiração para ser lembrado.

Os *hypomnemata*, tal como estudado por Foucault, podiam ser “livros de contabilidade, registros notariais, cadernos pessoais que serviam de agenda” (FOUCAULT, 1992, pp. 134-135). No caso de seu emprego, neste trabalho, dá-se pela associação das memórias a um enredo forjado na causalidade “coisas lidas, ouvidas ou passadas” – um verdadeiro tesouro acumulado – que se oferece, sempre que necessário, à releitura e ao exame. Ainda com Foucault, esse tesouro acumulado serviria como provisão de néctar a alimentar a alma e o corpo do sujeito que anota e lembra, para que possa enfrentar o “cortiço da existência” (FOUCAULT, 1992), pela sua mundanidade. Há um embate que não cessa, contra as imperfeições, contra a inveja, a cólera, a tagarelice, a bajulação, assim como ultrapassar uma etapa difícil, um luto, um exílio, a ruína financeira, amorosa ou a desgraça (p. 135).

Na formação de Taunay, a prática da escrita e da memorização corresponde à formação social de uma cultura letrada, em consagração crescente, no país dezenovista. Ao configurar um conjunto de anotações dispersas, sob o título de *Memórias*, tão em voga no século XIX, atualiza a função dos *hypomnemata*, por sua objetiva utilidade. Obviamente, para que se torne atraente aos prováveis leitores, não bastariam os registros em cadernos pessoais; importa reuni-los pelo fio da narrativa, numa costura que empresta ao texto um elemento de identificação pela continuidade.

Ao exceder o que se denomina documento biográfico, o texto memorialístico, por sua assumida subjetividade, seleciona, omite, aciona e obscurece sentidos, não assegurando, em momento algum, estatuto de verdade ou de sinceridade: há um eu que lembra e narra, seleciona, comenta, declina ou simplesmente esquece e sofre. Se a “memória escrita é narração” (AGUIAR, 1998, p. 25), a ação ou o gesto de narrar, do verbo latino *narrare* (expor, contar, relatar), assume feição épica, para os antigos gregos *épicos*. Como prática de escrita, as memórias ligam-se à épica, tal e qual a novela, o conto ou o romance.

O modo narrativo requer a apresentação de acontecimentos e de personagens pressupondo dois tempos: “o presente em que se narra e o passado em que ocorrem os eventos

narrados” (Idem). Ocorre a fusão do eu que narra à identidade física do autor, acentuando a feição subjetiva do que é memorável e lembrado. Tem-se uma complexa rede constituinte do sujeito, memória de um passado que é simultaneamente superfície. Em sua narração, projeta-se o devir, não como encapsulamento de sentidos, mas sim aberturas: um devir perpétuo, em contraponto ao que Foucault denominou “cortiço da existência” (FOUCAULT, 1992, p. 135).

REGIMES POLÍTICOS, GUERRAS E EXÍLIOS

Fiquei sendo o que era e sempre fui, profundo admirador da monarquia que o sr. D. Pedro II fundara no Brasil e por cinquenta anos sustentara, fazendo deste país um império único no mundo – muita grandeza moral, esperanças imensas emolduradas por natureza inexcelsivelmente bela!... (M., p. 640)

Desde 1870, crescera o número de adeptos aos ideais republicanos, no Brasil. Principalmente com a formalização do Partido Republicano, foi acentuado o declínio do poder do clero e a ascensão da ciência pelo teor explicativo. Se podemos associar a admiração de Taunay pelo Império a um desejo apequenado de manter privilégios sociais e materiais, nas *Memórias*, no capítulo XVIII, destaca-se um trecho que evidencia a amargura de quem se considera frustrado e derrotado pelas circunstâncias, num espectro contextualizado: a corrupção generalizada nos primeiros anos após a implantação da República. Essa corrupção foi apontada não apenas no texto de um homem contrariado, mas em posteriores estudos de historiadores. Um dos aspectos mais vívidos das memórias consiste nessa apreciação crítica do novo regime político, contrapondo-se a outros escritores que aderiram aos propósitos republicanos.

Taunay, formado num ambiente monarquista, não associa favores trocados na corte à corrupção, pelo contrário, para ele, a corrupção parece “nascer” com os tempos republicanos:

Dissipou-se a **límpida atmosfera de honestidade** que cercava os primeiros funcionários do Império, a exemplo dos incessantes rasgos de **desinteresse** do Senhor D. Pedro II. E multiplicaram-se os exemplos de concussão e **desbarato dos dinheiros públicos** que em poucos meses enriqueceram uma nuvem de *agiotas e especuladores*, que, a todo o transe, queria por em leilão este pobre Brasil! (M., 1948, pp. 73-74) [grifos nossos]

Em mais de um trecho, Taunay observa a “apática indiferença do povo e o adesismo dos políticos” (“alguns senadores e conselheiros do Estado até, que vergonha!”; M., 1948, p. 74). Essa apática indiferença do povo, por sua vez, corrobora a tese do historiador José Murilo de Carvalho, que destaca a gradativa participação do povo, em momentos de disputa e

confronto, em cortes político-temporais, desde a proclamação da independência: “a primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo [1822], a segunda [1889] pela visão negativa do povo, a terceira [1930] pela visão paternalista do povo” (CARVALHO, 1995, p. 14).

Num outro aspecto de sua atuação política, em suas missões como militar e engenheiro, pelo interior do Brasil, Taunay anota com frequência um genuíno interesse pelas coisas e gentes nos espaços remotos do Brasil, assim como um “gosto da maravilha e do mistério” (HOLANDA, 1996, p. XXV), presente na literatura de viagens. No entanto, diferente dos viajantes, Taunay traduz o mistério num sentimento difuso de pertencimento à terra, uma experiência encantatória.

Para os primeiros intérpretes do Brasil republicano, destaca-se uma aglutinação recorrente em torno de imagens da perda (CARVALHO, 2007, p. 21); por sua vez, os romancistas e/ou ficcionistas, ao longo do tempo, se destacaram pela construção de imagens da ruína e da decadência (MICELI, 2001). Em suas *Memórias*, têm-se tanto as imagens da perda quanto as de ruína e decadência, quando o escritor Taunay assume o lugar de intérprete de seu tempo, não apenas mais um memorialista.

Com o intuito de compreender a percepção desse escritor em relação ao país e aos acontecimentos que marcaram a segunda metade do século XIX, destacamos a Guerra do Paraguai, conflito crucial que marcou a história não apenas do Brasil, mas da América do Sul.

INÍCIO DO FIM, A GUERRA DO PARAGUAI E O MILITARISMO

Como são as cousas humanas! Ao passo que ali os brasileiros esmagavam uma nacionalidade inteira e palmilhavam todo aquele território de S a N, de E a O, de lá traziam os elementos perturbadores que, dois decênios depois, deveriam desencadear tantas desgraças sobre o Brasil. *Sic voluere fata...* (M., p. 449)

A Guerra do Paraguai transcorre entre 1864 e 1870, um dos mais importantes conflitos militares na América do Sul. Após a instauração da República, no Brasil, Taunay relembra o que viveu e foi determinante para os desdobramentos na história do país, na segunda metade do século XIX. Em vários textos, registrou suas experiências como militar, numa avaliação política de ações concretas e de uso da filosofia que, a partir do Positivismo, definiu a inserção do militarismo. O Paraguai foi derrotado não apenas por um país, mas sim por uma Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra contra o

Paraguai foi atribuída, em parte da historiografia, à influência inglesa sobre a monarquia no Brasil, uma vez que os limites e o controle das fronteiras prejudicavam os interesses da Inglaterra.

Taunay refere-se aos acontecimentos da guerra do Brasil com o Paraguai, relaciona a crueldade exercida pela força militar brasileira que aderira à filosofia proposta por Auguste Comte: o positivismo. Este não representa apenas uma corrente filosófica, mas sim várias, com ideias de Stuart Mill, de Spencer, de Mach, dentre outros. O Positivismo encontrou campo farto no Brasil, quando a literatura, através do Naturalismo, se voltara para a ciência, principalmente a ciência médica, para interpretar as razões de nosso atraso e de nossas fraquezas. Nos métodos, são valorizados os empiristas e quantitativos, com a supremacia dos “paradigmas da cientificidade” que servem de modelo para as demais ciências (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 217). Indagou Taunay, em suas memórias, sobre o poder de ceifar vidas: não têm sido “violentamente ceifadas pela exacerbação das paixões mais arrebatadas, mais torpes, menos dignas, em todas as zonas deste malaventurado país?! (...) a divisa comtista que fez flutuar a todos os ventos dos quadrantes – Ordem e progresso! (M., p. 539)

Os sentimentos contrariados são notórios. Essa contundência torna mais agudo o olhar desse escritor que, durante uma vida, considerou a monarquia um regime propício ao Brasil, por considerá-lo mais justo. Ao criticar as ideias positivistas, Taunay enfatiza como essas ideias foram operacionalizadas: pelo militarismo.

Augusto Comte, segundo Taunay, “nunca imaginou possível a aplicação prática das suas idéias chamadas positivistas, por meio de elemento que odiava – o militarismo” (M., p. 539). Para Taunay, não havia ilusões a respeito de como seria usado esse “híbrido conúbio” do qual resulta o “regime disparatado que nos tem regido” (Idem). Continua seu comentário irônico e amargo:

Quão curiosa, também, essa implantação do comtismo no Brasil, a tentativa de aqui fazê-lo medrar no rigorismo acanhado e anti-estético, quando na própria França teve sempre tão pequeno número de adeptos; hoje em dia, cada vez mais rarefeito! Por que será?! (M., p. 539)

Taunay ilumina a dramática guerra contra o Paraguai para criticar um futuro próximo: a implantação da República. A guerra que esmagou um país (o Paraguai) e uma nacionalidade inteira, fez com que se posicione politicamente contrário à guerra e ao que a alimenta como ação política atravessada por interesses e ideias positivistas, tão presentes entre aqueles que se identificavam com a implantação da República.

Na transição de um momento político a outro, tem-se a experiência individual do sujeito histórico que julga atores, cenários e ações, a partir de valores consagrados pelo Romantismo, no Brasil, durante o Segundo Reinado. O imaginário de Taunay elege o anacrônico: a topografia edênica ampliada no entorno de paisagens onde a vida civilizada, na marcha para o progresso, descrita com acidez. Caberia à natureza local e ao homem agreste o *locus* da esperança: “experimentei ali, na prática das ideias e teses de Jean Jacques Rousseau, a doçura da vida não civilizada e o contato do homem bom de índole, mas inculto e agreste” (M., p. 260).

Memórias são dirigidas a gerações futuras, Taunay escreve para um destinatário ou “auditório” ainda inexistente (as *Memórias* ficam sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico, como assim quis o autor), apenas no século XX, em 1908 é informada ao público. Sobre o sentido de “auditório”, destacamos o pensamento de um filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin/Volochinov (1995), na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, no Capítulo 6, intitulado “A interação verbal”. A enunciação da palavra, escrita ou falada, destina-se a um interlocutor (1995, p. 112), supondo-se certo “horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito” (Idem, p. 112). Trata-se de um auditório social ou as gerações futuras. Nas *Memórias*, de Taunay, encontra-se o que Bakhtin teorizou: a palavra é ideológica, surge como resposta a algo escrito ou falado, não cabe pensar num subjetivismo idealista e abstrato, distante das condições materiais da nossa existência.

O processo de escrita das *Memórias*, por engendrar realidades históricas e sociais, ainda não amplamente exploradas, reivindica respostas de leitores, assinala suspeições sobre o movimento da história em direção ao progresso, que se metaforiza numa “flecha disparada” (DIEHL, 2002, p. 28). As memórias narradas não cabem na cronologia de uma vida dedicada à política e à escrita, nem apenas numa descrição refinada de paisagens ou impressões de viagem, mas sim clamam por uma visada de seus leitores, numa relação inquieta que se estabelece com o passado.

MEMÓRIAS E UM DEVIR PERPÉTUO

Com suas anotações de acontecimentos rotineiros ou extraordinários, Taunay faz com que seus textos, romances e pequenas narrativas apresentem um realismo particular,

principalmente no que se refere à natureza e à paisagem. Nos estudos sobre a história da ideia de natureza, tem-se o modo como Taunay descreve o ambiente natural, aproximando-o a um processo pontuado pelo animismo, que une o escritor dezenovista a Homero. Ambos creem que o “sonho se ergue no quarto de Agamémnon”, isto é, o “sonho traz do céu a vontade caprichosa dos deuses” (LENOBLE, 2002, p. 55); a consciência do temor os aproxima.

Taunay conviveu com a crescente adesão de intelectuais aos ideais republicanos, portanto, não havia novidade, e sim, no caso do escritor, a materialização de um sonho às avessas. Para Emília Viotti da Costa, no livro *Da monarquia à república* (1999), as “ideias republicanas não constituíram aspecto novo no país”. No período “colonial, elas representavam uma bandeira da emancipação. Feita a independência, essas ideias passaram a significar a negação da situação vigente” (COSTA, 1999, p. 458), isto é, a negação do regime monárquico. No Manifesto Republicano, de 1870, a necessidade de federação contrastava com as diferenças regionais que requisitavam autonomia local, variados problemas de Norte a Sul, de Leste a Oeste, num país de proporção continental.

Taunay publicou seu primeiro romance em 1872, *Inocência*, captando uma tendência que anunciava o Realismo, em termos de observação e descrição da realidade, da natureza, das terras, dos homens e mulheres. Nas *Memórias*, é ao pai e ao imperador que ele presta contas de seus atos e desejos e enfatiza a perda de um país e de um tempo. Pelo movimento do narrar, a República é apresentada, no texto, em fases distintas: a partir da infância do escritor que elege as lembranças de um sereno afeto que se mistura a um lugar perdido; a partir da maturidade, acentuados o diferencial de sua formação cultural e um motivado desejo de ascensão.

A educação nesse movimento de ascensão, durante a monarquia, para Taunay, assume o valor que ele desvela ao longo de suas *Memórias*, ao mencionar os “favores” e “privilégios” que marcaram relações políticas e sociais no Segundo Reinado. Numa visada atual, as práticas de corrupção, por ele apontadas após a implantação da República, saem da esfera do favor para outras práticas, resultando numa apropriação dos cofres públicos.

Um caminho possível para a compreensão da terra e do sertão, na obra de Taunay, é a sua declarada preferência pela paisagem de regiões rurais, sendo a chave o contraste, a natureza *versus* a cidade ou a mundanidade (WILLIAMS, 1989, p. 11).

Taunay crê no homem agreste, contrapondo-o ao homem urbanizado, cosmopolita, e, na sua visão, republicano. Seu exílio serve de refúgio, escapar de uma experiência hostil,

refutando mudanças externas. Se Taunay anseia por um lugar na natureza, longe do convívio social, é, também, por esse sentimento anacrônico que se dá sua recusa ao presente histórico.

A leitura das *Memórias*, hoje, aproxima história e literatura pelo gesto de leitura. A palavra, segundo Bakhtin/Volochinov tanto “procede de alguém”, como “se dirige para alguém” (1995, pp. 112-113); tal movimento marca as situações de enunciação para dialogar com o fazer literário e o momento histórico de atores sociais esquecidos. Personagem importante no império, vivenciou o esquecimento e o distanciamento do centro de decisões e ações políticas. Essa vivência, ironicamente, o aproxima de anônimos que constroem o que se entende como República – trata-se de um processo não compreendido por Taunay – não há definição que separe a história do fazer histórico.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória* – um estudo sobre Pedro Nava. São Paulo: EdUSP/FAPESP, 1998.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

BAKHTIN, Mikhail/ VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. “Brasil: nações imaginadas”. Revista contemporânea de antropologia e ciência política, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, pp. 7-36, jan.-jun.1995.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação UNESP, 1999.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica*. Memória, identidade e representação. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Trad. José A. Bragança de Miranda e António Fernando Cascais. 2e. Lisboa: Passagens/veja, 1992.

LENOBLE, Robert. *História da idéia da natureza*. Trad. Tereza Louro Pérez. Lisboa: Edições Setenta, 2002.

SAYRE, R.; LÖWY, M. *Revolta e melancolia*. O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

TAUNAY, Alfredo de Escragnolle, Visconde de. *Memórias*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948. Coleção Espelho.

_____. *Inocência*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Enviado em: 17/03/2019

Aceito em: 25/04/2019